

A UNIVERSIDADE E OS ESTUDANTES

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado de Educação e Cultura

"O passado parece ser o único problema porque é a única coisa que nos está prendendo a mente e o coração" KRISHNAMURTI

Há pouco tempo, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, reunido em Guarapari, examinou o problema estudantil, sob o rótulo da assistência ao educando. Na exposição do Diretor do Departamento de Assuntos Estudantis do MEC, Professor Cleto de Assis, está refletida a preocupação maior com a caracterização do estudante brasileiro. Há sinais distintivos, mas, *"historicamente, a juventude repete seu papel, que é o de opor-se às gerações anteriores"*.

Mas, será isso mesmo? O que alimenta esta oposição? As respostas não são simples. O papel da mocidade, em um dado momento histórico, é integrador relativamente ao pensamento nacional. Nele está o reflexo mais evidente das angústias do tempo vivido. Por meio dele pode ser identificada a aspiração por novos caminhos em uma sociedade esgotada na busca dos horizontes da afluência.

Realmente, a reação dos moços revela inquietação com o comportamento das elites, na medida em que estas distanciam-se da realidade para manipular o poder político na esfera das composições casuístas. Este fato é sintoma da perda progressiva de ideários mobilizadores. Não há mensagem. Nem, muito menos, convocação para uma obra comum.

Apartados da vida social participante politicamente, os estudantes organizam-se sem pontos de contato com as lideranças das elites dirigentes. É um distanciamento perigoso porque, de uma forma ou de outra, os estudantes atuam politicamente, fortalecendo, quando

coartados, a idéia da participação marginal, e até mesmo clandestina. Não é crível entender a práxis da mocidade sob o ângulo exclusivamente acadêmico. O estudante bom não é aquele que só estuda; é, também, aquele que pensa e reflete criticamente sobre o meio em que vive. Por isso mesmo, impõe-se acabar com o mito de que todo estudante que participa é agitador. Não é. Muito pelo contrário. Toda vez que os estudantes encontram canais de acesso desobstruídos fazem valer, conscientemente, a sua capacidade crítica orientada pela busca de ideais renovadores. É certo que os desvios radicais existem aqui, como em todos os demais níveis da militância social.

Nesse sentido, o Decreto-Lei 477 foi absolutamente ineficaz. Não serviu para disciplinar a atividade estudantil. Ao revés, foi instrumento inibidor que alargou e aprofundou recalques e frustrações. Sob o seu império viscejaram as formas mais subterrâneas do movimento estudantil, impedindo a participação desembaraçada de grupos não radicais. Este fato levou ao nascimento de articulações invisíveis que, contando com o tempo, produziram manifestações universitárias de ação política, com nitidez de tendência de arregimentação majoritária tendo por base sentimentos de insatisfações factuais, sem compromisso com qualquer corrente ideológica. O desuso do Decreto-Lei nº 477, por largo período de tempo, serviu para mostrar a sua inoperância como forma de conter as manifestações radicais. Sem a sua aplicação o movimento estudantil não prosperou sob impulsos radicais, nem resvalou para a ação subversiva de ameaça às instituições. Ao contrário, a utilização de mecanismos mais prudentes e realistas, que localizaram a ação dos estudantes dentro dos campings universitários, e sob a disciplina dos regimentos internos, certamente desarmou lideranças radicais que provocaram a aglutinação de universitários com fulcro no combate à legislação excepcional. Tanto é assim, que a sua revogação hoje não trará nenhum impacto. Ela é um fato natural decorrente da sua inaplicação continuada e do clima liberalizante que mobiliza a Nação em torno da volta ao Estado de Direito. Não há agora clima nem para aplicar o

Decreto-Lei nº 477, nem para isolar o movimento estudantil sob a alegação de sua impertinência como força ativa da sociedade brasileira.

A posição privilegiada da mocidade que estuda tem o seu ápice na universidade. Mas começa nos primeiros anos dos estudos de nível médio. Antes, a participação é provocada e formadora. É o que ocorre no primeiro grau. Neste nível os alunos são estimulados pelo despertar cívico e acionados a desenvolverem os sinais da cidadania consciente. São formados no amor à pátria e no respeito aos símbolos nacionais. É no segundo grau que, além da provocação e da formação, aparece o elemento crítico espontâneo. As opções começam a tomar corpo e o estudante acorda para o meio social organizado que o envolve. Na universidade, plenamente, o moço deixa de ser provocado para ser provocador. Isto é, ele passa a questionar e a escolher caminhos, independentemente da formação que recebe. A sociedade agora passa a ser laboratório para testar conceitos que o universitário incorpora culturalmente ao longo da sua convivência com o saber.

Nesse sentido, pode-se falar em marginalidade profissional e disponibilidade intelectual do estudante. Marginalidade, porque longe dos quadros ocupacionais, o que o isenta de responsabilidades sociais diretas decorrentes da vinculação com o contingente nacional da força de trabalho. Disponibilidade, porque livre para incorporar conhecimentos e suficientemente informado sobre a cultura do seu tempo. Com este instrumental ele é formulador descompromissado com a realidade. O ideal não é apenas objetivo final a ser alcançado por aproximações sucessivas pela realização do possível. É, sim, ponto de chegada a ser cruzado sem concessões pragmáticas.

A ousadia da postura da mocidade tem esse caldo de cultura. O querer mais e melhor é exacerbado pelo antagonismo entre os destinos possíveis e o que a sociedade oferece para torná-los factíveis. Não só destinos pessoais possíveis, mas, também, destinos coletivos. Nestes

últimos, a sociedade lança reptos dilacerantes, com quadros de miséria, pobreza, marginalidade social, etc. Como os parâmetros de julgamento são outros - e mais libertários porque inexistente compromisso com resultados operacionais - o fermento da insatisfação não acolhe paliativos, nem autoriza concessões. O que se quer é imediato. O tempo acaba sendo mais curto para a mocidade do que para os adultos.

Verdadeiramente, o ativismo estudantil tem apoio ou na insuficiência da mobilização provocada pelas elites ou no distanciamento destas da realidade social subjacente. Livres para estudar e postular os alunos incorporam uma responsabilidade social inespecífica como agentes de transformação da sociedade. O substrato da ação é a mudança acelerada com a conseqüente expectativa de resultados a curto prazo. É indefinido o tipo de sociedade pretendida pois inexistente, na maior parte das vezes, uma concepção global do termo final da humanidade desejada. Por esse motivo a justiça social, a liberdade, a qualidade da vida, a participação política, são ingredientes indissociáveis de suas postulações básicas. O que fazer é menos importante do que o porquê fazer.

O "porquê fazer" decorre de meras constatações das ocorrências sociais freqüentes. É preciso fazer porque, como está, a sociedade ficará cada dia mais pobre com a emergência da injustiça social. Ou, o que equivale, conservar padrões existentes é preservar a mediocridade pela via do conformismo. O impasse está delineado claramente na oposição conservação x renovação. É esta, também, a matriz do conflito geracional. E, em certo sentido, o berço da crise, na linha de pensamento de LUIZ RECASENS SICHES.

Da mesma forma, a desintegração dos controles familiares (controles internos) exacerbam os controles políticos (controles externos). A família perde o seu nível de influência progressivamente. É um mau sinal, pelo alijamento do centro de formação primária por excelência e, conseqüentemente, pela emergência da coação externa indiferenciada,

quase sempre inibidora da liberdade, e incompreendida pelos jovens porque regida por padrões menos móveis, e, portanto, menos ágeis relativamente à evolução da sociedade. Tal fato relevante faculta o aparecimento da influência dos meios externos, mais suscetíveis de sensibilizar comportamentos grupais imitativos.

O que forma o equilíbrio essencial na vida do adolescente é, seguramente, o balanceamento entre a disciplina familiar e a disciplina social. Existindo aquela, esta torna-se receptiva como fenômeno incorporado à cultura primária do jovem. O seu contato com a realidade social é feito a partir da base familiar com a qual ele estabelece não só vínculos afetivos, mas, também, relações de dependência social, como refúgio de um possível quadro agressivo relativamente à maior ou menor competência individual na luta pela vida. Quando a base familiar falta, a adaptação social nasce com maiores dificuldades e, tanto pode fortalecer o caráter pelo amadurecimento no combate pela conquista de um lugar ao sol, como debilitá-lo irremediavelmente por insuficiência psicológica na racionalização dos sucessos ou insucessos ocorridos. Nessa linha de raciocínio, considere-se que nenhuma escola, por melhor que seja, substitui a família como agente de formação. A escola é sempre subsidiária, ainda que possa, aparentemente, ganhar dimensão própria quando atinge nível de eficiência como meio complementar necessário à formação social do jovem e meio principal para a respectiva formação cultural e profissional.

Por isso mesmo, a gravidade desta alteração seria menor se a substituição se processasse no grupo intermédio pronto e acabado em termos de eficiência formadora e eficácia orientadora. No caso da mocidade como visto, a influência subsidiária é a instituição do ensino. Esta, entretanto, não apresenta, ainda hoje, elementos suficientes para cumprir eficazmente o papel formador que lhe cabe, com os acréscimos oriundos do enfraquecimento familiar como docência social básica.

Nos dias de hoje a universidade assumiu uma importância social fora do comum. Mais do que a escola primária e o colégio secundário, a universidade chamou a si uma responsabilidade maior do que a sua capacidade. Sob todas as luzes, é errôneo desencadear um alargamento do acesso ao terceiro grau, massificando a formação qualificada, quando se sabe que a deficiência estrutural está fora da universidade. É no primeiro e segundo graus que se localiza a progressiva falência do nosso sistema educacional. Mesmo se considerado o aspecto político, veremos que a melhor seqüência para formar agentes sociais úteis tem início na escola primária. Não se pode pretender substituí-la, pela só busca da democratização da instituição de ensino superior. De nada adiantará o aumento do contingente profissional universitário, se ele não responde qualitativamente às necessidades nacionais e representa excesso desperdiçado em termos de mão-de-obra qualificada, que poderia melhor ser preparada a partir do primeiro grau com reforço da terminalidade no segundo grau.

Por outro lado, nós todos sabemos que a nossa universidade ainda padece de muitas carências. Muito já se fez, é claro. Mas, não se pode negar os problemas que afligem as instituições de ensino superior. Busca-se a qualidade do ensino ministrado. Pede-se mais pesquisa. Reivindica-se melhores equipamentos e mais livros. Particularmente, sente-se a ausência de flexibilidade da estrutura universitária amarrada a padrões burocráticos ultrapassados e sem a desejável autonomia no essencial. As universidades, com raras exceções, são mal administradas. Muitas vezes dispõem de recursos humanos e financeiros suficientes, mas com baixo aproveitamento e má utilização. As nossas universidades, quase sempre, tem fachada de luxo e interior de pobreza. Não há um trabalho de supervisão orientado para a atividade-fim da universidade. Não há, também, planejamento adequado. As "coisas" surgem e vão sendo resolvidas ao sabor das contingências. E, o que é mais grave, não há prestigiamento da atividade acadêmica. Os docentes e pesquisadores são

empregados que, usualmente, recebem um mínimo de infra-estrutura e um máximo de carga horária. É evidente que há exceções. Hoje, já possuímos alguns centros de nível acadêmico reconhecido. Mas, não são muitos. São poucos, relativamente às necessidades do país. E, apesar de algumas medidas restritivas, existe uma proliferação de cursos e instituições que estão lançando ao mercado de trabalho profissionais que, muitas vezes, porque insuficientemente formados, não encontram colocação profissional adequada.

É de ver-se, também, o ponto crítico do acesso ao ensino superior. Muito se tem reclamado do despreparo dos contingentes universitários mais recentes. É claro que este fato deita raízes no baixo rendimento do ensino de primeiro e segundo graus. Há aqui um círculo vicioso. O aluno despreparado, por sua vez, tende a baixar ainda mais o nível do ensino ministrado. Assim, não há equilíbrio entre o que a universidade pode oferecer potencialmente e o que o aluno, na prática, pode receber. A conseqüência mais gritante é a mediocrização na busca do conhecimento.

Realmente, esta ocorrência comum é mais uma fonte de insatisfação. O que se revela insólito é a inexistência de um esforço continuado para sanar a deficiência nas suas origens. Nesse sentido, falha a universidade - como de resto falha a administração do ensino em geral - quando não volta sua atenção para reforçar a qualidade do ensino nas duas etapas que a antecedem. Isto quer dizer que a universidade deve articular-se de maneira mais eficiente com os primeiro e segundo graus. Seja por meio de um trabalho engajado para aperfeiçoar a qualidade do ensino em termos de docência, seja por meio de uma ação concreta para melhorar o nível de seus próprios alunos. Aqui seria desejável alcançar um nivelamento intermediário, com um trabalho docente de acompanhamento do nível de aproveitamento do aluno. É claro que este papel é um acréscimo na atividade-fim da universidade. Mas é perfeitamente possível,

e com repercussões compensadoras em termos acadêmicos e culturais. Veja-se, por exemplo, o fato de alunos que passam todo o período universitário sem a menor noção do que seja a pesquisa. Dela não tomaram conhecimento nos patamares precedentes. Atravessam o umbral da universidade com este dado de ignorância e tornam a cruzá-lo, ao cabo do curso, na mesma situação. Neste caso, mesmo considerando as possíveis dificuldades de engajamento do universo discente nas atividades de pesquisa, seria crível supor, de parte da universidade, a iniciativa de um contato com os métodos e técnicas de investigação, aproveitando o meio ambiente carecedor de uma resposta integrada da instituição de ensino superior. Diga-se, além do mais, que a pesquisa, sobre ser um meio de aprimoramento científico, é um veículo de conhecimento da própria realidade. Nessa perspectiva, o universitário, em contato com a realidade, poderia diminuir a fronteira da marginalidade profissional geradora do seu descompromissamento social operativo. Não se pretende aqui estender o conceito de descompromissamento social. Este é usado, tão somente, para significar a falta de balizamento da aspiração pessoal do universitário que desconhece a realidade social subjacente. Esse desconhecimento é pernicioso porque aumenta o potencial de contestação sem a contrapartida de elevar a capacidade de formulação de alternativas concretas. Sob muitos ângulos, este fato reduz o nível de seriedade da participação estudantil, levando a excessos desaconselháveis e a críticas desmesuradas das elites conservadoras, pouco conscientes do valor da intuição como força de mudança social.

De fato, o acesso indiscriminado à educação, em todos os níveis, tem gerado inúmeros problemas. Particularmente no ensino de terceiro grau. Aumenta-se a massa de universitários, baixa-se a qualidade do ensino, mediocriza-se o recrutamento de pessoal docente, gera-se desemprego de alto nível. Até quando o país agüentará esse tipo de encaminhamento? Tenha-se como referencial a nossa pirâmide educacional. Ela é totalmente desequilibrada. E, o que é pior, o ensino de

2º grau tem sido órfão ao longo do tempo. A terminalidade de nível médio - grande alternativa para inverter os dados do quadro escolar brasileiro - não foi tentada, nem aproveitada, na intensidade desejável.

Verdadeiramente, perde-se tempo em demasia formulando reflexões críticas que, não raro, demandam soluções reformistas. Seguindo esta linha teremos, então, reforma sobre reforma, todas no papel, sem aplicação dedicada e, portanto, sem o teste concreto de sua viabilidade. Além disso, é imperativo uma ação que tenha eficácia. De nada adianta formular no Gabinete se a realidade não comporta o resultado da profeta.

Com esse quadro desanimador os nossos estudantes recebem o impacto de ducha fria no seu ideário pessoal. A escola oferece ao aluno muito pouco. Às vezes, nem mesmo - o que seria importante - o interesse para descobrir o seu próprio caminho. É claro que a massa de manobra estudantil encontra aí a catapulta para somar insatisfações individuais que levam à reivindicações coletivas. O estoque destas pode aumentar sensivelmente se não houver uma antecipação acelerada das providências para corrigir as distorções do sistema de ensino. É claro que, por acréscimo, os estudantes alcançam o patamar das posturas políticas. Acontece que, com o atrofiamento dos seus canais de participação, corre-se o risco do acúmulo de ressentimentos exclusivamente políticos dentro da universidade.

O passo que acredito mais importante é rever os critérios de apoio ao estudante dentro da instituição. Aumentar o fluxo de informações, alargando o tempo de ocupação do aluno em atividades acadêmicas. Isto quer dizer, basicamente, melhorar o nível da vida universitária e elevar o padrão do acesso ao saber.

É preciso repetir sempre que os universitários constituem uma elite privilegiada em termos de oportunidades e de facilidades. Nessa condição eles podem contribuir não apenas pelo estudo sério - que é sua

grande responsabilidade para com a Nação - mas também por uma presença ativa na vida nacional, sem a distorção de uma participação exclusivamente político-ideológica. A universidade é educativa nesse sentido. Ela deve abrir as portas da sociedade para comprometer a sua comunidade nos desafios que a Nação propicia para chegarmos ao desenvolvimento com justiça social.

Vejo como muito necessário, por isso mesmo, duas providências decisivas nesta hora. A primeira é redesenhar a estrutura da representação estudantil. Sem volta ao passado, porque seria falta de imaginação. A segunda é garantir, por meios próprios e adequados, a presença dos estudantes na vida brasileira.

Antes de mais nada, entretanto, devemos repensar o problema a partir da própria concepção da comunidade universitária. O erro tem sido, até agora, o de considerar isoladamente a organização dos estudantes. Deve-se cogitar dela, é claro. Mas esse não é o aspecto principal.

A universidade é uma comunidade. Esta deve ser entendida como a união subjetiva de aspirações que convergem para um fim comum. Para seguir a esteira de MAX WEBER, a relação social de comunidade se dá quando a ação social está inspirada em um sentimento subjetivo dos sujeitos atores, consistente em pensar que constituem um todo. Assim, na universidade todos participam em comum para o alcance dos seus fins.

Nem sempre esse entendimento tem prevalecido. O que se nota é que a universidade tornou-se uma imensa e burocratizada estrutura. Mais importante que a sua finalidade cultural e acadêmica tem sido o estabelecimento de organogramas e fluxos administrativos. Prevalece o adjetivo sobre o substantivo.

Talvez seja esta a razão pela qual a representação estudantil nos colegiados universitários é examinada mais sob o ângulo formal. Não

se pergunta, previamente, que tipo de montagem comunitária possui a Universidade.

Seria bem mais proveitoso fixar mecanismos de apoio à vida comunitária dentro da universidade. Por exemplo: cada instituição de ensino superior deveria ter um colegiado comunitário com a participação igual de todos os membros da comunidade universitária. Este colegiado teria competência para planejar e desenvolver a vida da comunidade, examinando em concreto todos os problemas que podem prejudicar a boa convivência universitária. Assim, em alguns casos, funcionaria como órgão assessor e, em outros, como órgão deliberativo de assuntos comunitários. Problemas como o de restaurante, de residência, de assistência social e, até mesmo, de orientação vocacional, teriam convergência para um órgão próprio, com igualdade de participação e representação dos membros da comunidade. É claro que uma das obrigações desse colegiado seria antecipar dificuldades e prevenir o aparecimento de crises que sempre dificultam e retardam o desenvolvimento da universidade como centro cultural da Nação.

Quando se fala em rever o sistema de representação estudantil vigente, seria prudente anotar o perigo de um tratamento legal inflexível. A mera substituição de uma lei por outra é de ser vista com muitas cautelas. No caso, não sei se melhor não seria dar o máximo de flexibilidade para a organização estudantil.

Se fizermos a comparação com as atividades estudantis pré-1964, verificaremos que foi amortecida a liderança espontânea na universidade. Antigamente, os grupos participantes eram claramente definidos. Com exceção dos movimentos de extrema esquerda de fé marxista, que agiam sob a inspiração do Partido Comunista, os demais não tinham dependência partidária, podendo, é certo, sofrer influência, maior ou menor, de correntes doutrinárias ou de ação político-social organizada (veja-se o caso da democracia cristã). Ocorre que, enquanto permitia-se

uma atuação livre dentro das universidades, os reflexos eram positivos, seja pela escola natural de líderes, seja pela localização espacialmente restrita do próprio movimento estudantil. Do mesmo modo, as tentativas de exploração político-partidária não eram bem recebidas. Rejeitava-se confundir o movimento estudantil com o patronato político urbano. Isto não quer dizer que os estudantes deixavam de participar nos partidos políticos. Ao revés. Faziam-no, e com freqüência. Mas, a participação não se misturava com o movimento estudantil. Tanto é assim que os setores jovens dos Partidos Políticos tinham dificuldades ao penetrar no meio universitário. Havia, é claro, pontos de contato. Entretanto, a nítida diferenciação entre uma coisa e outra era visível.

É falso dizer que o regime de liberdade facilitou o domínio das lideranças estudantis radicais. Pelo contrário, o que aconteceu foi uma mobilização dos não-participantes permanentes. Eles sentiram-se atraídos pela ação das lideranças e passaram a atuar seja pelo voto, seja pela identificação com um dos grupos existentes. E, em muitos casos, houve derrotas fulminantes das forças da então chamada "frente única", valendo citar os exemplos do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Quando, entretanto, o regime de liberdade foi substituído, houve retração nos setores moderados e radicalização ainda maior nos de extrema esquerda. Estes, por força de sua organização extra-universitária, passaram a assumir uma representação por "mandato silencioso" que, na verdade, não detinham. Mas, assimilaram os sentimentos de frustração da mocidade universitária. Não há estudante nenhum - nem os da antiga direita militante - que defenda a supressão da liberdade de participar e de manifestar o pensamento. Está, teórica e praticamente, comprovada a incapacidade dos sistemas autoritários em sufocar, por tempo indeterminado, o anseio de participação. Em qualquer sociedade, a vigência do autoritarismo por tempo indeterminado estimula a formação de

recalques que explodem em uma participação social e politicamente irresponsável.

Legislar para o futuro nessa matéria implica em estudar detidamente o que foi o movimento estudantil no passado recente. E existem raros trabalhos sobre o assunto. É preciso não repetir os erros anteriores, como, da mesma forma, é preciso não aceitar imagens que nos chegam em momentos de exacerbação ideológica, mas que não refletem a verdade dos fatos.

De todos os modos, seria conveniente, antes de qualquer providência legislativa ouvir a experiência dos que - competentes - estão ou estiveram na linha de frente. E dessa experiência poderão surgir formulações concretas compatíveis com a nossa realidade. Não se pensa, apenas, em eleger um novo sistema tendo em vista a formação de agrupamentos políticos. É necessário ver a realidade por inteiro. Expandir as atividades culturais e de extensão deve ser objetivo importante. Definir, claramente, as responsabilidades, identificando os canais de comunicação, é outro que não se deve esquecer. É, também, necessário dar aos estudantes participação ativa nas questões sociais. Instituir programas de pesquisa, como já visto, que o situem em um quadro de referências da sociedade. Fazê-los participar, compromissadamente, da realidade na busca de alternativas. Para tanto, é ainda necessário mobilizar o pessoal docente, oferecendo instrumentos de trabalho condizentes com o nível das responsabilidades que devem assumir.

Por último, para garantir, por meios próprios e adequados, a presença dos estudantes na vida brasileira, é preciso atualizar a vida partidária. Sem partidos políticos realmente representativos das diversas correntes de pensamento da sociedade brasileira é inútil querer estimular a participação dos estudantes nesse campo.

Por certo não é esta a oportunidade para que nos detenhamos sobre o sistema partidário, suas perspectivas e alternativas. Entretanto, é evidente que a falência dos partidos políticos inviabiliza a presença estudantil nos seus quadros.

De um modo geral, o que está ocorrendo agora, com o elevado índice de urbanização e mobilização, é uma busca de canais representativos de participação. É dentro desse quadro que atua a inquietação estudantil. Aos estudantes veda-se a participação política nas universidades, indicando-se-lhes a via partidária. Mas, há obstrução pelo baixo nível de representatividade dos partidos políticos existentes.

Para alcançar coerência, a presença estudantil como força partidária só pode acontecer na medida em que a participação e a representação pelos partidos políticos atinjam um patamar de efetiva legitimidade. Caso contrário, teremos, a curto prazo, um envolvimento político dos estudantes independentemente dos partidos, tendo como palco necessário o campus universitário.

Estimular a participação política dos estudantes significa, também, criar condições concretas para o seu exercício. Inexistentes estas a participação será difusa, descompromissada, e com riscos notórios de apelos demagógicos incontroláveis.

Note-se que, historicamente, os estudantes não se filiam partidariamente como regra. Os veículos de sua participação na vida nacional foram sempre os respectivos órgãos de representação. Foi, por assim dizer, uma representação setorial que se equiparava aos sindicatos e associações patronais, com ação vinculatória para os seus afiliados. Rigorosamente, essa prática brasileira decorreu da inexistência de canais institucionalizados e formais pelos quais tivessem presença substantiva.

Assim, os protagonistas de hoje tem nas mãos uma rara oportunidade de corrigir a erronia, ao conduzir a Nação pela esteira de uma

renovada democracia representativa. Enfatizando esta característica essencial: não se trata de buscar fórmulas democráticas substitutivas. Estas são perigosas e, considerando os níveis de complexidade da sociedade brasileira dos nossos dias, tendentes a estabelecer padrões autocráticos de "representação por amostragem". A verdadeira democracia é inadjetivada, e sua prática o meio de aperfeiçoá-la. É com essa perspectiva que deve ser entendida a participação dos estudantes. Com ela pode surgir novo surto de credibilidade para as lideranças políticas.

Afinal, sem demérito para as "raposas" que militam na vida pública, parece correto assinalar que é chegado o momento de abrir as portas para as lideranças do nosso tempo. E a melhor forma é, sem dúvida alguma, a universidade. A geração mais nova já não se contenta em participar isolada na ambiência da tecnocracia, que está sempre na orla do poder. É preciso um novo tempo de líderes que alcancem a medula do poder político. Enfim, se o mundo está escurecendo como disse MALRAUX, é preciso que a luz da mocidade ilumine e renove a experiência dos mais velhos em trabalhos de iguais. Quem ganha com isso é o país, que não pode prender-se eternamente ao passado, seja com o medo de sua volta, seja com a perspectiva de seu exemplo frustrante.

Outubro de 1978.